**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PARA CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS**

PARA FORNECIMENTO DE POWER BALUN.

**01. DO PREÂMBULO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Número de ordem | PROCESSO LICITATÓRIO Nº | **136/2025** |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº | **45/2025** |
| EDITAL Nº | **45/2025** |
| UASG | **929730** |
| NÚMERO PREGÃO ELETRÔNICO CORRESPONDENTE COMPRASGOV | **90045** |

**A CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA,** inscrita no CNPJ sob o número 19.038.603/0001-00**,** através de seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO, REFERENTE A CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS PARA FORNECIMENTO DE POWER BALUN** conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e alterações posteriores. O objeto deste Edital será executado pelo regime de execução indireta, entrega imediata, por preço unitário.

As servidoras Caroline de Souza Lima Paschoal ou Amanda Lima da Paixão, designadas como Pregoeiras pela Portaria nº 06/2025, de 3 de janeiro de 2025, serão responsáveis pelo processamento e julgamento da presente licitação, contando com o devido suporte da equipe de apoio, também nomeada por meio do referido instrumento.

|  |
| --- |
| **DADOS ESSENCIAIS PREGÃO ELETRÔNICO** |
| VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO  | R$ 9.584,70 (nove mil e quinhentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos). |
| DATA E HORÁRIO DA SESSÃO | Em 02 de outubro de 2025, às 09 horas – horário de Brasília. |
| SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: COMPRAS GOV | <https://www.gov.br/compras/pt-br> |
| LINKS / SITES PARA DOWNLOAD DO EDITAL NA ÍNTEGRA | <https://www.gov.br/compras/pt-br><https://www.camaraextrema.mg.gov.br/licitacoes/><https://cmextrema-mg.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34> |
| E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DÚVIDAS / ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÃO | licitacaoextrema@yahoo.com.br |
| E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DO EDITAL | licitacaoextrema@yahoo.com.br |
| TELEFONE SETOR DE LICITAÇÕES | 35 9 9776-2765. |
| CRITÉRIO DE JULGAMENTO | Menor preço unitário  |
| VALOR DO INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES ENTRE OS LANCES, QUE INCIDIRÁ TANTO EM RELAÇÃO AOS LANCES INTERMEDIÁRIOS QUANTO EM RELAÇÃO À PROPOSTA QUE COBRIR A MELHOR OFERTA. | **R$ 50,00 (cinquenta reais).** |
| MODE DE DISPUTA | Aberto |
| PREFERÊNCIA EXCLUSIVA PARA ME/EPP OU EQUIPARADAS | SIM |
| LOCAL DE ENTREGA | Sede da Câmara Municipal de Extrema. Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626. Bairro Ponte Nova. Extrema, MG. Horário de recebimento: Das 08h30 às 11h e das 13h30 às 16h.  |
| PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM O ANEXO IV DO EDITAL | Em até duas horas a partir da convocação do pregoeiro no sistema. |
| DA DATA DE ENTREGA | O objeto deverá ser entregue com a respectiva nota fiscal em até 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento da AF (autorização de fornecimento). A autorização de fornecimento será encaminhada para o e-mail da CONTRATADA. Cabe à contratada verificar periodicamente a sua caixa de entrada. |
| AMOSTRA | NÃO será exigida. |
| VIGÊNCIA | Não será celebrado contrato. A nota de empenho servirá de termo contratual entre as partes para todos os efeitos. |
| RENOVAÇÃO | Não se aplica. |
| ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO | Não se aplica. |
| PONTO DE DESTAQUE | **Os itens descritos no portal COMPRASGOV CATMAT/CATSERV são apenas para operacionalização do pregão.** |
| DIVERGÊNCIAS CATMAT/CATSERV | **Em caso de divergências na descrição do objeto entre o Portal COMPRASGOV (CATMAT/CATSERV) e o Termo de Referência, assim como no edital e em seus demais anexos, a especificação contida no Termo de Referência, no próprio edital e em seus anexos assume primazia absoluta. Essa determinação vigorará em todas as circunstâncias, garantindo a coerência e a integridade das diretrizes estabelecidas para o processo licitatório.** |

**02. DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

2.1 **OBJETO: Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento de três Power Baluns 16 canais, marca Intelbrás VB 3016 WP.

**Especificações Técnicas Requeridas**

Para garantir a total compatibilidade e o desempenho esperado, os Power Baluns a serem adquiridos deverão atender às seguintes especificações técnicas do modelo **Intelbras VB 3016 WP**:

* **Entrada de Vídeo:** 16 canais BNC fêmea.
* **Saída de Vídeo:** Conectores RJ45 para conexão com cabo UTP.
* **Alimentação:** Entrada de energia para até 16 câmeras, com proteção contra surtos.
* **Proteção:**
	+ Proteção contra surtos de tensão (descargas elétricas) nas entradas de vídeo e alimentação.
	+ Filtro contra ruídos e interferências.
	+ Proteção contra curto-circuito na saída de alimentação das câmeras.
* **Distância de Transmissão:**
	+ Vídeo: Até 400 metros (colorido) e 600 metros (preto e branco) via cabo UTP CAT5e/6, dependendo da qualidade do cabo e da câmera.
	+ Alimentação: Distância variável de acordo com o consumo da câmera e bitola do cabo.
* **Tecnologia:** Compatível com tecnologias de vídeo analógico (HDTVI, HDCVI, AHD, CVBS).
* **Sinal de Vídeo:** Transmissão de sinal de vídeo HD passiva (sem necessidade de alimentação no lado da câmera para o vídeo).
* **Sinal de Alimentação:** Transmissão de energia para as câmeras via cabo UTP.
* **Temperatura de Operação:** -10°C a 50°C.
* **Gabinete:** Metálico, para melhor dissipação de calor e durabilidade.
* **Montagem:** Possibilidade de fixação em rack 19 polegadas (acompanha abas de fixação).

2.2 Esses itens não se enquadram como bem de luxo em conformidade com o art. 20 da Lei 14.133/2021.

2.3 A contratação está prevista no **Plano Anual de Contratações** – PAC. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 13 de setembro de 2.024 e também no ComprasGov: Linha 018.

2.4 **Regime de Execução:** O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário, fornecimento imediato. Fornecimento imediato é aquele que deve ocorrer em até 30 (trinta) dias do recebimento da AF (autorização de fornecimento). A autorização de fornecimento será encaminhada para o e-mail da CONTRATADA. Cabe à contratada verificar periodicamente a sua caixa de entrada.

**03. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**03.01** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será DESCLASSIFICADO e estará sujeito às sanções previstas na legislação.

**03.02** Todos os documentos deste Edital são complementares entre si. Caso haja alguma omissão em um pode ser complementado por outro desde que descrito no próprio edital ou anexo deste, sem que haja conflito de interesse.

**03.03** **Admissibilidade da Assinatura Digital:** Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.

**03.04** **Responsável pela Assinatura:** A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.

**03.05** **Validade e Conformidade:** A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.

**03.06** No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

**03.08** Durante a **realização do presente Pregão Eletrônico**, o único meio hábil, legítimo e reconhecido para a comunicação entre os licitantes e a Administração Pública será exclusivamente por intermédio do sistema ComprasGov.br. Quaisquer mensagens, pedidos de esclarecimentos, ou manifestações enviadas durante a sessão do pregão eletrônico por outros meios, especialmente por e-mail não serão apreciadas, analisadas ou respondidas, não produzindo qualquer efeito jurídico ou valor peticionário. Esta regra visa assegurar o princípio da transparência, da isonomia e da segurança jurídica, garantindo que todas as comunicações ocorram de forma rastreável, pública e acessível a todos os interessados no certame.

**03.09** A modalidade de licitação escolhida para a contratação do objeto é o pregão eletrônico, que se caracteriza pela agilidade e transparência no processo, especialmente adequado para a compra de bens e serviços comuns, como é o caso do objeto. O critério de julgamento adotado é o menor preço unitário do item, o que visa garantir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, considerando o custo total de aquisição. O modo de disputa é o aberto, permitindo que todos os interessados participem da licitação, promovendo uma ampla concorrência e favorecendo a obtenção do melhor preço. A combinação desses parâmetros – pregão eletrônico, menor preço unitário e modo de disputa aberto – se revela adequada e eficiente, pois assegura uma seleção criteriosa da proposta que, além de atender às necessidades da Administração, gera o melhor resultado em termos de custo-benefício, levando em conta todo o ciclo de vida do objeto, desde a aquisição até o uso final. Essa abordagem otimiza a utilização dos recursos públicos, garantindo que a compra seja realizada de forma eficaz e em conformidade com os princípios da administração pública, como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a eficiência.

**03.10** **Da subcontratação e da entrega:** É vedada a subcontratação do objeto. A empresa contratada será a única e integralmente responsável pela entrega do objeto contratado, devendo realizá-la diretamente na sede da Câmara Municipal de Extrema, situada no endereço Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, em Extrema, MG, sem qualquer custo adicional para a Administração Pública. Fica vedada a prática de triangulação, entendida como o repasse da obrigação de fornecimento a terceiros estranhos à contratação, inclusive representantes, revendedores ou distribuidores não vinculados diretamente à licitante vencedora. O descumprimento desta cláusula acarretará as sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da rescisão contratual por inexecução total ou parcial do objeto.

**03.11** **JUSTIFICATIVAS:**

A presente contratação visa ao fornecimento de três (03) Power Baluns de 16 canais, modelo Intelbrás VB 3016 WP, com contratação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas, em conformidade com a legislação vigente. A escolha do modelo Intelbrás VB 3016 WP se fundamenta em razões de ordem técnica e operacional. O equipamento possui especificações que asseguram total compatibilidade com a infraestrutura de videomonitoramento atualmente instalada, garantindo o pleno funcionamento do sistema sem necessidade de adaptações adicionais. Destaca-se que os Power Baluns Intelbrás oferecem proteção contra surtos elétricos, filtros contra ruídos, transmissão de vídeo em alta definição (HD) até 400 metros em cores e 600 metros em preto e branco, além de alimentação integrada para até 16 câmeras, atributos indispensáveis para a continuidade e segurança das operações. A padronização pela marca Intelbrás justifica-se, ainda, pela uniformização do parque tecnológico já existente, o que reduz a probabilidade de falhas, assegura maior durabilidade, facilita a manutenção e possibilita suporte técnico especializado, além de garantir a interoperabilidade entre os equipamentos. Essa medida evita a aquisição de produtos de marcas diversas que possam comprometer a estabilidade do sistema ou demandar custos adicionais com ajustes e adaptações. Ademais, a contratação exclusiva de ME e EPP atende ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, estimulando a participação de pequenos negócios, fomentando a economia local e regional e promovendo a distribuição de oportunidades, sem prejuízo à qualidade e à eficiência na entrega do objeto contratado. Dessa forma, a presente aquisição revela-se tecnicamente necessária, juridicamente adequada e alinhada ao interesse público, assegurando eficiência, padronização e continuidade dos serviços de segurança eletrônica.

A aquisição de três (03) Power Baluns 16 canais, modelo Intelbrás VB 3016 WP, mostra-se economicamente vantajosa para a Administração Pública, pois permitirá a utilização racional da infraestrutura existente, reduzindo custos adicionais com adaptações, manutenções corretivas e eventuais substituições decorrentes de incompatibilidade técnica entre diferentes marcas ou modelos. O investimento em equipamentos padronizados da marca Intelbrás garante maior durabilidade, menor índice de falhas e facilidade de reposição de peças e acessórios, fatores que repercutem diretamente na redução de gastos futuros com manutenção e suporte técnico. Além disso, a integração imediata ao sistema atual evita paralisações, que poderiam gerar prejuízos operacionais e custos indiretos. Ressalta-se ainda que a contratação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas fomenta a competitividade no segmento, incentiva o desenvolvimento econômico local e regional e contribui para a geração de emprego e renda, sem comprometer a economicidade do processo, em estrita observância aos princípios da eficiência e da vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a contratação apresenta-se como medida de economicidade, assegurando o melhor aproveitamento dos recursos públicos e promovendo benefícios de longo prazo tanto para a Administração quanto para a coletividade.

O presente processo tem por objeto a contratação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas para o fornecimento de três Power Baluns de 16 canais, marca Intelbras VB 3016 WP. A indicação expressa da marca justifica-se em razão de critérios técnicos, de compatibilidade e de padronização imprescindíveis à adequada execução dos serviços e à continuidade do sistema de videomonitoramento já implantado. A utilização de equipamentos da marca Intelbras em toda a estrutura atual de segurança exige que os novos componentes sejam da mesma fabricante, a fim de assegurar plena compatibilidade e integração, evitando falhas de transmissão de vídeo, instabilidade de alimentação das câmeras e riscos de interrupção no funcionamento do sistema. A experiência técnica demonstra que a adoção de modelos ou marcas distintas pode ocasionar incompatibilidades de conectores, perda de sinal e dificuldades de manutenção, o que comprometeria a eficiência do monitoramento. O modelo Intelbras VB 3016 WP apresenta requisitos técnicos específicos que se mostram indispensáveis. O equipamento dispõe de entrada de vídeo em 16 canais BNC fêmea e saída RJ45 para cabo UTP, possibilita transmissão de vídeo em alta resolução compatível com tecnologias analógicas (HDTVI, HDCVI, AHD e CVBS), garante alcance de até 600 metros, e permite a transmissão simultânea de vídeo e alimentação por cabo UTP, reduzindo a necessidade de cabeamento adicional e gerando economia de recursos. Conta ainda com proteção contra surtos elétricos, curto-circuitos, filtros contra ruídos e interferências, gabinete metálico com possibilidade de fixação em rack de 19 polegadas, assegurando robustez, durabilidade e melhor dissipação de calor, fatores essenciais para a segurança operacional. A padronização dos equipamentos mostra-se igualmente relevante, pois reduz custos de manutenção, simplifica o estoque de peças e facilita o treinamento dos servidores responsáveis pela operação do sistema, promovendo racionalidade administrativa e atendimento ao princípio da economicidade. Ainda que existam produtos similares disponíveis no mercado, verifica-se que não atendem de forma plena às especificações técnicas requeridas, tampouco asseguram a necessária compatibilidade com a infraestrutura existente, o que tornaria inviável sua substituição. Assim, a escolha do modelo Intelbras VB 3016 WP não se dá por preferência de marca, mas sim pela necessidade técnica de manter a uniformidade e a confiabilidade do sistema de videomonitoramento, atendendo ao interesse público de forma segura, eficiente e contínua. Diante do exposto, a indicação da marca justifica-se como medida necessária e proporcional para garantir a funcionalidade e a durabilidade do sistema, dentro dos parâmetros jurídicos e administrativos aplicáveis, em estrita observância ao princípio da eficiência e à boa gestão dos recursos públicos.

A exigência de documentos de habilitação, no presente processo, deve observar o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo que sejam solicitados apenas os documentos estritamente essenciais para atestar a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e a qualificação técnica mínima indispensável à execução do objeto. Considerando que a contratação em análise refere-se ao fornecimento de três Power Baluns 16 canais, marca Intelbras VB 3016 WP, cujo valor é compatível com o enquadramento de contratação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, revela-se desnecessária a ampliação de exigências documentais além do núcleo essencial previsto em lei. A legislação de regência, em especial a Lei nº 14.133/2021, estabelece que os documentos de habilitação devem ser adequados e suficientes para garantir a idoneidade do fornecedor e a capacidade mínima necessária ao adimplemento das obrigações, vedada a imposição de requisitos desproporcionais que possam restringir a competitividade. Assim, para o objeto em tela, bastam a comprovação de regularidade jurídica mediante ato constitutivo ou registro comercial, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, a apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas e, quando aplicável, a demonstração de regularidade perante a seguridade social e o FGTS. No que tange à qualificação técnica, considerando que se trata de aquisição de bens padronizados, fabricados em escala industrial e com especificações técnicas previamente definidas, não se justifica a exigência de atestados de capacidade técnico-operacional que seriam cabíveis em contratações de obras ou serviços de maior complexidade. A própria padronização do objeto e a indicação de marca evidenciam que a qualificação técnica é aferida, de modo suficiente, pela comprovação de que o fornecedor está regularmente autorizado a comercializar e distribuir os equipamentos. Da mesma forma, em razão do valor estimado da contratação e de sua natureza, não se justifica a exigência de garantias financeiras adicionais como demonstrações contábeis de grande vulto ou capital social mínimo elevado, sob pena de restringir indevidamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, contrariando o regime jurídico diferenciado a elas conferido. Diante do exposto, conclui-se que a exigência de apenas documentos essenciais de habilitação atende ao interesse público, assegura a ampla competitividade, preserva a isonomia entre os licitantes e garante a seleção de proposta vantajosa, em consonância com os princípios da legalidade, da eficiência, da razoabilidade e da economicidade que regem as contratações públicas.

A fixação de intervalo mínimo entre os lances, no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), encontra amparo no princípio da razoabilidade e visa assegurar a efetividade do certame, prevenindo lances meramente simbólicos ou sucessivos com diferenças irrisórias que não representem ganho real à Administração, mas que possam comprometer a celeridade e a competitividade saudável da disputa. As cotações prévias realizadas demonstraram que o valor médio praticado para o objeto em questão encontra-se em patamar que justifica a estipulação de um intervalo fixo. A adoção da mediana dos valores unitários obtidos no levantamento de mercado revela que diferenças inferiores a R$ 50,00 não produzem impacto econômico relevante, servindo apenas para prolongar artificialmente o certame, com prejuízo à eficiência administrativa. Assim, o estabelecimento de diferença mínima objetiva garantir que cada novo lance represente efetiva vantagem para a Administração, traduzida em redução concreta do valor global da contratação. Além disso, o critério assegura maior racionalidade ao procedimento, evitando disputas prolongadas e pouco significativas em termos de economia, ao mesmo tempo em que preserva a competitividade e não impõe restrições indevidas à participação dos licitantes. Cumpre salientar que a medida guarda perfeita consonância com a Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a definir, de forma objetiva e proporcional, parâmetros para a formulação de lances em pregões eletrônicos, desde que devidamente motivados em elementos concretos, como o presente caso, em que se tomou como referência a mediana do valor unitário apurado nas pesquisas de preços. Dessa forma, a estipulação do intervalo mínimo de R$ 50,00 configura providência técnica e juridicamente adequada, destinada a garantir o bom andamento da disputa, a economicidade da contratação e a observância do princípio da eficiência, de modo a assegurar que os recursos públicos sejam empregados com racionalidade e efetivo ganho econômico.

A presente contratação atende de forma direta ao interesse público, uma vez que se destina ao fornecimento de equipamentos indispensáveis à manutenção, à expansão e à confiabilidade do sistema de videomonitoramento institucional. O fornecimento de três Power Baluns de 16 canais, marca Intelbras VB 3016 WP, permitirá a integração eficiente de câmeras de segurança já existentes, garantindo a transmissão estável de vídeo e energia em longas distâncias, com proteção contra surtos elétricos e interferências, o que repercute em maior segurança patrimonial, integridade das instalações públicas e proteção de servidores e cidadãos que utilizam os serviços. O interesse público manifesta-se também na preservação da continuidade de políticas de segurança preventiva, evitando falhas de monitoramento que poderiam expor a Administração a riscos de invasões, furtos ou danos ao patrimônio. Além disso, a padronização dos equipamentos contribui para a redução de custos com manutenção e treinamento técnico, assegurando maior economicidade e eficiência no uso dos recursos públicos. Importa destacar que a aquisição fortalece o dever estatal de zelar pela segurança e pela boa prestação dos serviços públicos, reforçando a confiança da população na Administração e garantindo que as atividades institucionais sejam desenvolvidas em ambiente protegido. O interesse público é, portanto, evidenciado tanto pelo aspecto da segurança física e patrimonial quanto pela racionalidade econômica da medida, que busca maximizar os resultados com o menor dispêndio possível de recursos. Em síntese, a contratação ora justificada não se configura em mera conveniência administrativa, mas em necessidade concreta para o regular funcionamento das atividades públicas, atendendo de forma plena aos princípios da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público, fundamentos maiores da Administração Pública.

**04. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

04.01**.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Dotação: 4.4.90.52.37**

**Ficha: 02**

**Resumo: Equipamentos e Material Permanente – Equipamentos de Tecnologias da Informação e Comunicação.**

**05. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pessoa jurídica ME, EPP ou Equiparadas que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), do ramo pertinente ao objeto.

5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.5.1 É admitida a participação de empresas constituídas em consórcio, que deverão atender às condições previstas no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, com vistas à ampliação da competitividade, de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.6. **Não poderão disputar esta licitação:**

5.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.7.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.7.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.7.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.7.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.7.5. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.7.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.7.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. O impedimento de que trata o item 5.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.7.2 e 5.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.11. O disposto nos itens 5.7.2 e 5.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.13. A vedação de que trata o item 5.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**06. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO/ DE SUA FASE/ DA PROPOSTA**

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. **Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**6.16** **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

c) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante;

d) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;

**QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

6.16.1 **DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:**

6.16.1.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, atestado por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. As provas de regularidades poderão se Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

**6.17** **DA FASE DE HABILITAÇÃO**

6.17.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.17.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para ﬁns de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou certificados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.17.3 É permitida a participação de empresas em consórcio.

6.17.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

6.17.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.17.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, as declarações.

6.17.07 Não será exigida visita técnica para execução do objeto desse edital.

6.17.08 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail licitacaoextrema@yahoo.com.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

6.17.09 A habilitação será verificada por meio dos documentos enviados no sistema em conformidade com os documentos solicitados e enviados.

6.17.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.17.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.17.12 A não observância do disposto no item 6.17.11 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.17.13 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.17.14 **É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos, inclusive para a realização de diligências, abrangendo também a fase de habilitação. Toda prorrogação, bem como sua comunicação, deverá ocorrer exclusivamente por meio do sistema. Em nenhuma hipótese será admitido o envio de documentos relativos às fases de propostas e habilitação por e-mail. Da mesma forma, eventuais pedidos de prorrogação por parte das licitantes deverão ser realizados exclusivamente pelo sistema.**

6.17.15 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.17.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.17.17 Relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.17.18 **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, artigo 64):**

1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.17.19 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão registrada no chat do sistema, acessível a todos, atribuindo-lhes eﬁcácia para fins de habilitação e classificação.

6.17.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.17.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.17.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

6.17.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DA SUA FASE**

7.1. O licitante **DEVERÁ** enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos, com duas casas decimais.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, bem como a entrega do bem e/ou realização dos serviços na sede da Câmara Municipal de Extrema ou local indicado no município de Extrema.

7.4. **Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 120 (cento e vinte) dias.

7.9.1 O prazo de 120 dias reflete um intervalo razoável para que a Administração tenha tempo suficiente para analisar a proposta, realizar diligências, eventualmente esclarecer pontos ou corrigir falhas, sem prejudicar a competitividade do certame. O prazo de 120 dias, portanto, não apenas observa as necessidades do processo licitatório, mas também assegura que os licitantes não sejam prejudicados por exigências desproporcionais. Ao manter esse prazo mínimo em 120 dias, independentemente de eventual transcrição de prazos menores por parte dos licitantes, está-se resguardando a estabilidade das propostas e a previsibilidade dos processos administrativos. A flexibilidade para que o prazo seja maior, caso o licitante estipule prazo superior, reforça a transparência e a competitividade, sem desvirtuar o interesse público. Foi fixado esse prazo de validade mínimo das propostas em razão da necessidade de prazo adicional para tramitação processual e obtenção das autorizações orçamentárias pertinentes para o ano seguinte.

7.9.1.1 O licitante deverá garantir a entrega dos itens e/ou a execução do objeto.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos quando participarem de licitações públicas.

7.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

7.10.1.1 Nos termos do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser considerada inexequível (dada a presunção relativa da inexequibilidade) a proposta que apresentar valores que não sejam compatíveis com os custos necessários para a adequada execução do objeto licitado. Ressalta-se que a análise da exequibilidade deverá abranger não apenas o valor global da proposta apresentada, mas também seus valores unitários, de forma a assegurar a viabilidade econômico-financeira da contratação em todos os seus aspectos. A Administração reserva-se o direito de solicitar comprovações e esclarecimentos que julgar pertinentes para aferição da viabilidade da proposta, podendo desclassificar a licitante em caso de comprovação de inexequibilidade em qualquer um dos níveis mencionados, cabendo à licitante demonstrar a sua exequibilidade.

7.10.1.2 O orçamento estimado estabelecido pela Administração é o preço máximo aceitável.

7.10.1.3 O art. 59 da Lei 14.133/2021, em seu inciso III trata do atendimento ao orçamento estimado (preço máximo) definido pela Administração. Nesse caso, se após a negociação com o licitante provisoriamente vencedor, a proposta permanecer acima do orçamento estimado, ela será desclassificada.

7.10.2 Não sendo oferecida garantia expressa na proposta de preços, a mesma será de doze meses para todos os efeitos. A finalização da vigência contratual não se confunde com a vigência da garantia. Essa não se extingue com a vigência contratual.

7.10.3 **A proposta adequada ao preço final deverá ser redigida preferencialmente no modelo deste edital, preenchida com todos os dados solicitados; redigida em Língua Portuguesa e com duas casas decimais.**

7.11 SE **DECLARADO COMO O VENCEDOR, O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR A SUA PROPOSTA FINAL, AJUSTADA, DEVIDAMENTE ASSINADA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTE EDITAL, SOB PENA DE SER DESCLASSIFICADO.**

**7.12 Itens cuja marca e modelo sejam imprescindíveis é obrigatório o preenchimento em campo próprio sob pena de desclassificação.**

**8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 50,00 (cinquenta reais).**

8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.22.2.2. empresas brasileiras;

8.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. **SE DECLARADO COMO O VENCEDOR, O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA FINAL, AJUSTADA, DEVIDAMENTE ASSINADA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTE EDITAL, SOB PENA DE SER DESCLASSIFICADO.**

8.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos, inclusive para a realização de diligências, abrangendo também a fase de habilitação. Toda prorrogação, bem como sua comunicação, deverá ocorrer exclusivamente por meio do sistema. Em nenhuma hipótese será admitido o envio de documentos relativos às fases de propostas e habilitação por e-mail. Da mesma forma, eventuais pedidos de prorrogação por parte das licitantes deverão ser realizados exclusivamente pelo sistema.

8.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.25 O **licitante** ou o **contratado** será responsabilizado administrativamente pela seguinte infração, nos termos do Inciso V do artigo 155 da Lei 14.133/2021: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

**9. DA FASE DE JULGAMENTO**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e demais itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

d) Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1. contiver vícios insanáveis;

9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

9.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta, e, se for o caso de desconto, de forma linear em todos os itens de forma igualitária.

9.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

9.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

9.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

9.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

9.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá́ ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.19. Nos termos da legislação aplicável, caso o licitante seja declarado vencedor em razão de critério de desempate que envolva a existência de programa de integridade, o pregoeiro poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação do efetivo cumprimento dessa exigência. A documentação apresentada deverá comprovar, de forma objetiva e suficiente, a existência e a efetiva implementação do programa de integridade no âmbito da empresa, nos termos estabelecidos neste edital. O não atendimento à exigência no prazo fixado poderá acarretar a desclassificação da proposta ou a perda do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.20 A critério do pregoeiro, a comprovação poderá ser exigida nos casos em que o desempate tenha sido resolvido com base em outros critérios previstos em lei, ou ainda em quaisquer outras situações que justifiquem a verificação do cumprimento do requisito.

10. **DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura do ato.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. **A INTENÇÃO DE RECORRER DEVERÁ SER MANIFESTADA IMEDIATAMENTE, SOB PENA DE PRECLUSÃO;**

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados e permanecerão sempre abertos ao contraditório e ampla defesa.

1. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1,11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacaoextrema@yahoo.com.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**13. DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DA VIGÊNCIA**

13.1 **Vigência:** Não será celebrado contrato. A nota de empenho servirá de termo contratual entre as partes para todos os efeitos.

13.2 **Renovação:** Não se aplica.

13.3 **Índice de atualização:** Não se aplica.

1. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
	1. **O objeto é de execução indireta, empreitada por preço unitário, fornecimento imediato. Fornecimento imediato é aquele que deve ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da autorização de fornecimento (A.F.).**
	2. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
	3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
	4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
	5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.
	6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
	7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
	8. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.
	9. O objeto deverá ser entregue com a respectiva nota fiscal em até 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento da AF (autorização de fornecimento). A autorização de fornecimento será encaminhada para o e-mail da CONTRATADA. Cabe à contratada verificar periodicamente a sua caixa de entrada. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação do prazo, a qual poderá ser protocolada também por e-mail. A autorização da prorrogação ficará a critério da administração, que decidirá se concede ou não o prazo adicional.
2. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**
	1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
	2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
	3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
	4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
	5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente~~,~~ o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
	6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.
	7. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
	8. O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
		1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
		2. O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
		3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.
		4. O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
	9. O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
		1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
	10. O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
		1. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
		2. O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
		3. O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
		4. O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
	11. O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
	12. O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e fiscalizados pela servidora Tamara Martiniuk conforme designação na Portarias nº 30/2025, e fiscalizado pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal de Contratos conforme Portaria Nº 23/2025, ou por quaisquer outros servidores que venham a substituí-los por ato formal. Fica autorizada a contratação de terceiros para auxiliá-los e prestar informações técnicas ou administrativas necessárias ao pleno exercício das atribuições de acompanhamento e fiscalização.
	13. A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.
	14. Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
	15. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
4. Prova de regularidade com débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União;
5. Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
6. Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
7. Prova de regularidade de Débitos da Fazenda Municipal (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
8. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.
9. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**Recebimento**

* 1. O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e executado nas condições estabelecidas.
	2. No caso de controvérsia sobre a entrega / execução do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.
	3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

* 1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
		1. O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.
	2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
1. a data da emissão;
2. os dados do contrato e do órgão contratante;
3. o período respectivo de execução do contrato;
4. o valor a pagar; e
5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
	1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
	2. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
	3. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
	4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
	5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
	6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

* 1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
	2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

Forma de pagamento

* 1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário. Poderá ser realizado o pré-pagamento, desde que essa seja a prática usualmente adotada no mercado para o objeto contratado, mediante comprovação da necessidade.
	2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
		1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
	3. O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.
	4. Poderá ser realizado o pré-pagamento, desde que essa seja a prática usualmente adotada no mercado para o objeto contratado, mediante comprovação da necessidade.
1. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Será divulgado o julgamento, a adjudicação e a homologação dos resultados da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.11. O licitante deve estar ciente de que, para participar do processo de licitação ou ser contratado, apenas os documentos e informações que contenham dados pessoais e da pessoa jurídica exigidos por força da Lei serão solicitados. Os dados obtidos serão incorporados ao processo administrativo e utilizados na elaboração de contratos, empenhos, pagamentos e todas as atividades necessárias para garantir a perfeita execução e pagamento do objeto. É importante ressaltar que os contratos celebrados pela Câmara Municipal de Extrema são integralmente divulgados no Portal de Transparência, assim como todos os demais atos relacionados ao processo, que também são publicados nos sites oficiais e na imprensa oficial.

17.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

|  |  |
| --- | --- |
| **ANEXO** | **DESCRIÇÃO** |
| **ANEXO I** | ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES |
| **ANEXO II** | MATRIZ DE RISCO |
| **ANEXO III** | TERMO DE REFERÊNCIA |
| **ANEXO IV** | PROPOSTA DE PREÇOS |
| **ANEXO V** | PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREÇOS MÁXIMOS) |

Extrema, MG, 12 de setembro de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA**

**PRESIDENTE**

**ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

**PROCESSO NÚMERO 136/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO NÚMERO 45/2025**

**OBJETO: Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento de três Power Baluns 16 canais, marca Intelbrás VB 3016 WP.

**Especificações Técnicas Requeridas**

Para garantir a total compatibilidade e o desempenho esperado, os Power Baluns a serem adquiridos deverão atender às seguintes especificações técnicas do modelo **Intelbras VB 3016 WP**:

* **Entrada de Vídeo:** 16 canais BNC fêmea.
* **Saída de Vídeo:** Conectores RJ45 para conexão com cabo UTP.
* **Alimentação:** Entrada de energia para até 16 câmeras, com proteção contra surtos.
* **Proteção:**
	+ Proteção contra surtos de tensão (descargas elétricas) nas entradas de vídeo e alimentação.
	+ Filtro contra ruídos e interferências.
	+ Proteção contra curto-circuito na saída de alimentação das câmeras.
* **Distância de Transmissão:**
	+ Vídeo: Até 400 metros (colorido) e 600 metros (preto e branco) via cabo UTP CAT5e/6, dependendo da qualidade do cabo e da câmera.
	+ Alimentação: Distância variável de acordo com o consumo da câmera e bitola do cabo.
* **Tecnologia:** Compatível com tecnologias de vídeo analógico (HDTVI, HDCVI, AHD, CVBS).
* **Sinal de Vídeo:** Transmissão de sinal de vídeo HD passiva (sem necessidade de alimentação no lado da câmera para o vídeo).
* **Sinal de Alimentação:** Transmissão de energia para as câmeras via cabo UTP.
* **Temperatura de Operação:** -10°C a 50°C.
* **Gabinete:** Metálico, para melhor dissipação de calor e durabilidade.
* **Montagem:** Possibilidade de fixação em rack 19 polegadas (acompanha abas de fixação).

**INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de três (03) Power Baluns de 16 canais, modelo Intelbras VB 3016 WP, destinados a ampliar e garantir a plena funcionalidade do sistema de monitoramento por câmeras de segurança.

A utilização deste equipamento é imprescindível para assegurar a estabilidade da transmissão de vídeo em alta definição e a adequada alimentação elétrica das câmeras, reduzindo falhas decorrentes de interferências, curtos-circuitos ou surtos de energia. A padronização pelo modelo especificado se justifica pela compatibilidade com a infraestrutura já existente, assegurando a integração imediata ao sistema e evitando riscos de incompatibilidade técnica.

Considerando a necessidade de garantir maior proteção às instalações, bem como a continuidade das atividades institucionais com segurança e confiabilidade, torna-se essencial a contratação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas, em atendimento ao disposto na legislação vigente.

A aquisição dos Power Baluns de 16 canais Intelbras VB 3016 WP atende diretamente ao interesse público, uma vez que possibilita a ampliação e a modernização do sistema de videomonitoramento, instrumento essencial para a segurança patrimonial e de pessoas. O fornecimento contínuo de imagens de qualidade e com menor risco de falhas contribui para a prevenção de incidentes, a pronta identificação de ocorrências e o fortalecimento das ações de vigilância, promovendo um ambiente mais seguro para servidores, usuários e toda a coletividade que utiliza os serviços da instituição.

1. **REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

2.1 O objeto será executado pelo **Regime de Execução Indireta**, empreitada por preço unitário, entrega imediata. Entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até 30 dias do recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.).

**3. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PAC)**

3.1 A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações – PAC. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 13 de setembro de 2.024 e também no ComprasGov: Linha 018.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1** As empresas do ramo interessadas em participar do presente chamamento público deverão atender aos seguintes requisitos:

a) Fornecimento de Power Baluns modelo Intelbras VB 3016 WP, conforme especificações técnicas descritas (16 canais BNC, RJ45, proteção contra surtos, distância de transmissão, compatibilidade com HDTVI, HDCVI, AHD e CVBS, gabinete metálico, fixação em rack etc.).

b) Os equipamentos deverão ser novos, originais de fábrica, em perfeito estado de funcionamento, sem uso anterior.

c) Os itens devem ser acompanhados de manual do fabricante em português e todos os acessórios necessários para instalação.

d) Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

e) Entrega no prazo estipulado, devidamente embalados, com identificação clara do fabricante.

f) Substituição, sem ônus, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações ou que apresentem defeito de fabricação.

**REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**4.2 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO / DAS INSCRIÇÕES**

**4.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

c) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante;

d) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;

**4.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

**4.5 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:**

4.5.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, atestado por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. As provas de regularidades poderão se Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

**5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MEDIANA VALOR UNIT.** | **QUANT.** | **VALOR GLOBAL ESTIMADO** |
| 01 | POWER BALUM 16 CANAIS - INTELBRAS VB 3016 WP | R$ 3.194,90 | 3 peças | R$ 9.584,70 |
| VALOR GLOBAL ESTIMADO | **R$ 9.584,70** |

* 1. A Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para a aquisição do item em questão.

**6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Prospecção e Análise das Alternativas Possíveis) e JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA**

Diante da planilha orçamentária apresentada, foram discriminados os valores unitários estimados para todos os serviços que serão aplicados na contratação. Esses valores servirão como referência para estabelecer o limite máximo aceitável, com base na mencionada planilha.

**JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

A escolha da contratação do objeto especificado fundamenta-se em aspectos técnicos e econômicos que garantem a adequação da solução ao objeto pretendido pela Administração Pública.

**Justificativa Técnica**

A presente contratação visa ao fornecimento de três (03) Power Baluns de 16 canais, modelo Intelbrás VB 3016 WP, com contratação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas, em conformidade com a legislação vigente.

A escolha do modelo Intelbrás VB 3016 WP se fundamenta em razões de ordem técnica e operacional. O equipamento possui especificações que asseguram total compatibilidade com a infraestrutura de videomonitoramento atualmente instalada, garantindo o pleno funcionamento do sistema sem necessidade de adaptações adicionais. Destaca-se que os Power Baluns Intelbrás oferecem proteção contra surtos elétricos, filtros contra ruídos, transmissão de vídeo em alta definição (HD) até 400 metros em cores e 600 metros em preto e branco, além de alimentação integrada para até 16 câmeras, atributos indispensáveis para a continuidade e segurança das operações.

A padronização pela marca Intelbrás justifica-se, ainda, pela uniformização do parque tecnológico já existente, o que reduz a probabilidade de falhas, assegura maior durabilidade, facilita a manutenção e possibilita suporte técnico especializado, além de garantir a interoperabilidade entre os equipamentos. Essa medida evita a aquisição de produtos de marcas diversas que possam comprometer a estabilidade do sistema ou demandar custos adicionais com ajustes e adaptações.

Ademais, a contratação exclusiva de ME e EPP atende ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, estimulando a participação de pequenos negócios, fomentando a economia local e regional e promovendo a distribuição de oportunidades, sem prejuízo à qualidade e à eficiência na entrega do objeto contratado.

Dessa forma, a presente aquisição revela-se tecnicamente necessária, juridicamente adequada e alinhada ao interesse público, assegurando eficiência, padronização e continuidade dos serviços de segurança eletrônica.

**Justificativa econômica**

A aquisição de três (03) Power Baluns 16 canais, modelo Intelbrás VB 3016 WP, mostra-se economicamente vantajosa para a Administração Pública, pois permitirá a utilização racional da infraestrutura existente, reduzindo custos adicionais com adaptações, manutenções corretivas e eventuais substituições decorrentes de incompatibilidade técnica entre diferentes marcas ou modelos.

O investimento em equipamentos padronizados da marca Intelbrás garante maior durabilidade, menor índice de falhas e facilidade de reposição de peças e acessórios, fatores que repercutem diretamente na redução de gastos futuros com manutenção e suporte técnico. Além disso, a integração imediata ao sistema atual evita paralisações, que poderiam gerar prejuízos operacionais e custos indiretos.

Ressalta-se ainda que a contratação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas fomenta a competitividade no segmento, incentiva o desenvolvimento econômico local e regional e contribui para a geração de emprego e renda, sem comprometer a economicidade do processo, em estrita observância aos princípios da eficiência e da vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a contratação apresenta-se como medida de economicidade, assegurando o melhor aproveitamento dos recursos públicos e promovendo benefícios de longo prazo tanto para a Administração quanto para a coletividade.

1. **INDICAÇÃO DE DIFERENTES SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO (CONSIDERANDO, AINDA, O CICLO DE VIDA DO OBJETO)**

No mercado de equipamentos de videomonitoramento existem diversos modelos de Power Baluns de 16 canais, fornecidos por diferentes fabricantes nacionais e internacionais. Entre as soluções disponíveis, encontram-se modelos genéricos ou de marcas importadas, que oferecem funcionalidades semelhantes quanto à transmissão de vídeo e alimentação de câmeras via cabo UTP.

Entretanto, ao considerar o ciclo de vida do objeto — que compreende aquisição, instalação, operação, manutenção, suporte técnico e eventual substituição — observa-se que os modelos da marca Intelbrás, especialmente o VB 3016 WP, apresentam maior viabilidade técnica e econômica. A Intelbrás é uma marca consolidada no mercado brasileiro, com ampla rede de assistência técnica autorizada, disponibilidade de peças de reposição e suporte especializado, o que garante menor tempo de inatividade em caso de falhas e reduz custos futuros de manutenção.

Além disso, a padronização com a marca Intelbrás, já utilizada na infraestrutura existente, assegura maior confiabilidade e interoperabilidade entre os equipamentos, evitando problemas de compatibilidade que poderiam gerar custos adicionais ao longo do ciclo de vida do sistema. Essa escolha possibilita, ainda, maior durabilidade e estabilidade operacional, com proteção contra surtos, ruídos e curto-circuitos, prolongando a vida útil do sistema de videomonitoramento e assegurando melhor relação custo-benefício em médio e longo prazo.

Dessa forma, embora existam alternativas de outros fabricantes no mercado, a solução Intelbrás VB 3016 WP se revela mais adequada quando se avalia o conjunto completo de fatores relacionados ao ciclo de vida útil do equipamento, oferecendo maior confiabilidade, suporte e economicidade à Administração Pública.

**8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MEDIANA VALOR UNIT.** | **QUANT.** | **VALOR GLOBAL ESTIMADO** |
| 01 | POWER BALUM 16 CANAIS - INTELBRAS VB 3016 WP | R$ 3.194,90 | 3 peças | R$ 9.584,70 |
| VALOR GLOBAL ESTIMADO | **R$ 9.584,70** |

**9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO**

A solução a ser contratada consiste no fornecimento de três (03) Power Baluns de 16 canais, marca Intelbrás, modelo VB 3016 WP, destinados à ampliação e modernização do sistema de videomonitoramento. Os equipamentos têm por finalidade viabilizar a transmissão de vídeo em alta definição e a alimentação elétrica das câmeras por meio de cabo UTP, com proteção contra surtos, ruídos e curto-circuitos, garantindo maior estabilidade e segurança do sistema.

A solução contempla a entrega de equipamentos **novos, originais de fábrica, com nota fiscal, manuais e acessórios necessários para instalação**, assegurando plena compatibilidade com a infraestrutura já existente. Os Power Baluns devem apresentar gabinete metálico, possibilidade de fixação em rack de 19 polegadas e operar em faixa de temperatura adequada, com durabilidade e resistência compatíveis ao uso contínuo.

Quanto à manutenção e assistência técnica, exige-se que os equipamentos fornecidos sejam cobertos por **garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**, prestada diretamente pelo fabricante ou por sua rede autorizada de assistência técnica. Durante o período de garantia, quaisquer reparos ou substituições deverão ser realizados sem ônus para a Administração, devendo a contratada providenciar a logística necessária para o atendimento.

Adicionalmente, a marca Intelbrás dispõe de **rede de suporte técnico consolidada em território nacional**, com ampla disponibilidade de peças de reposição e centros de assistência autorizados, o que assegura maior agilidade na solução de eventuais falhas e reduz o tempo de inatividade do sistema. Essa condição garante maior confiabilidade e prolonga a vida útil do equipamento, reduzindo custos indiretos de manutenção ao longo do ciclo de vida do objeto.

Assim, a solução proposta garante não apenas a aquisição dos equipamentos em conformidade com as especificações técnicas, mas também a tranquilidade quanto ao suporte e à manutenção futura, assegurando eficiência, continuidade dos serviços e plena vantajosidade à Administração Pública.

**10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação tem por objeto a aquisição de três (03) unidades do Power Balun de 16 canais, marca Intelbrás, modelo VB 3016 WP. Trata-se de produto padronizado e homogêneo, cuja natureza e especificidade não comportam divisão em lotes ou parcelas distintas.

O fracionamento da contratação não se justifica, uma vez que todos os itens a serem adquiridos possuem a mesma descrição, marca e modelo, destinando-se ao atendimento de uma única finalidade: garantir a plena operação do sistema de videomonitoramento institucional. Dessa forma, a divisão poderia gerar aumento de custos administrativos, dificultar a gestão contratual e comprometer a padronização técnica do parque instalado, sem trazer efetivos ganhos à economicidade ou à competitividade do certame.

Por essa razão, a opção adotada foi a realização do certame na modalidade **pregão eletrônico, critério de julgamento pelo menor preço unitário**, assegurando igualdade de condições entre os licitantes, vantajosidade à Administração Pública e atendimento ao interesse público com a integralidade e homogeneidade do objeto contratado.

**11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.**

Com a aquisição de três (03) Power Baluns de 16 canais, modelo Intelbrás VB 3016 WP, pretende-se alcançar resultados efetivos de economicidade e de racionalização do uso dos recursos públicos.

Em termos de **economicidade**, a padronização pelo modelo Intelbrás garante maior compatibilidade com a infraestrutura já instalada, reduzindo custos com adaptações, manutenções corretivas e eventuais substituições. A durabilidade do equipamento e a ampla rede de assistência técnica nacional contribuem para a redução do custo total de propriedade ao longo do ciclo de vida, assegurando maior retorno sobre o investimento realizado.

No tocante ao **melhor aproveitamento dos recursos humanos**, a utilização de equipamentos padronizados simplifica os processos de instalação, operação e manutenção, permitindo que as equipes técnicas da Administração atuem de forma mais ágil e eficiente, sem necessidade de treinamentos adicionais para lidar com diferentes marcas ou modelos. Isso reduz o tempo de resposta em eventuais falhas e aumenta a produtividade da força de trabalho.

Quanto ao **uso racional de recursos materiais e financeiros**, a adoção da solução Intelbrás garante maior confiabilidade e menor risco de falhas sistêmicas, evitando desperdício de materiais e reduzindo a necessidade de substituições precoces. Além disso, a realização do certame na modalidade pregão, com critério de julgamento pelo menor preço unitário, assegura a seleção da proposta mais vantajosa, ampliando a competitividade entre os fornecedores e promovendo o uso eficiente dos recursos públicos.

Assim, a contratação representa uma medida alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade, otimizando o aproveitamento dos recursos disponíveis e assegurando resultados duradouros para a Administração e para o interesse público.

**12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE DEMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.**

As providências a seguir devem ser adotadas antes da celebração do contrato:

1. Portaria de nomeação do gestor e fiscal de contratos;
2. Capacitação dos gestores e fiscais de contratos;
3. Definições dos locais onde devem ser entregues os itens;
4. Realizar uma análise de riscos para identificar possíveis obstáculos e adotar estratégias para mitigá-los (Providência a ser adotada pela Diretoria Geral);
5. Elaborar um Termo de Referência que detalhe as especificações técnicas, critérios de aceitação, prazos e demais condições da contratação (Próxima providência a ser concluída);
6. Submeter a autuação e os documentos que comporão esta contratação à análise jurídica, a fim de assegurar que a contratação esteja em conformidade com a legislação vigente e proteja os interesses da Administração. (Providência a ser adotada antes da homologação).

**13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Contratação correlata – A Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para a aquisição do item em questão.

**14. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.**

A aquisição dos três (03) Power Baluns de 16 canais, modelo Intelbrás VB 3016 WP, apresenta baixo impacto ambiental em sua fase de operação, considerando que os equipamentos possuem consumo reduzido de energia elétrica, compatível com as normas técnicas de eficiência energética. O uso da tecnologia de transmissão via cabo UTP contribui, ainda, para a redução do consumo de cabos coaxiais e de fontes adicionais de energia, resultando em melhor aproveitamento de recursos e menor geração de resíduos.

No que se refere às medidas mitigadoras, o fornecimento deverá observar a legislação ambiental aplicável, garantindo que os equipamentos sejam entregues em embalagens recicláveis ou de menor impacto possível, incentivando a correta destinação dos materiais de acondicionamento.

Adicionalmente, a marca Intelbrás adota políticas de **logística reversa**, poderá receber e dar destinação ambientalmente adequada a produtos e componentes ao final de sua vida útil. Assim, quando houver necessidade de substituição ou descarte, será possível encaminhar os equipamentos e seus acessórios para reciclagem ou reaproveitamento de componentes eletrônicos, reduzindo impactos ambientais negativos.

Dessa forma, a presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes de sustentabilidade, priorizando a eficiência no consumo de energia, a redução da geração de resíduos e a destinação final ambientalmente correta dos materiais, atendendo aos princípios da responsabilidade socioambiental na Administração Pública.

**15. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO ELETRÔNICO pelo menor preço unitário.

**16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Diante da análise abrangente dos aspectos técnicos, socioeconômicos e ambientais, **conclui-se que a contratação do objeto é plenamente viável**. A escolha representa uma abordagem estratégica que considera não apenas a eficiência operacional, mas também a responsabilidade financeira e o compromisso com a sustentabilidade. A proposta está em consonância com os interesses e objetivos da Câmara Municipal de Extrema, garantindo uma gestão eficiente, econômica e ambientalmente responsável. Dessa forma, a contratação proposta atende de maneira adequada à necessidade identificada e está compatível com as exigências institucionais, contribuindo significativamente para o aprimoramento da gestão pública local.

Extrema, MG, 04 de setembro de 2025.

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI |
| DIRETORA GERAL |

**DESPACHO**

APROVO, na íntegra, esse ETP.

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA |
| PRESIDENTE |

# **ANEXO II - MATRIZ DE RISCOS – PRC 136/2025**

## **1. DADOS DO PROCESSO LICITATÓRIO**

**Resumo do Objeto:** **Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento de três Power Baluns 16 canais, marca Intelbrás VB 3016 WP.

**Número do Processo:** 136/2025.

**Número do Pregão Eletrônico:** 45/2025.

## **2. FASE DE ANÁLISE**

Foram consideradas as seguintes fases:

- **Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor**;

- **Gestão do Contrato**.

## **3. PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**Risco 01 – Atraso no procedimento licitatório.**

**Probabilidade:** Média.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Atraso na abertura do procedimento.

**Ação Preventiva:** Observar atentamente o preenchimento da requisição inicial conforme orientações no site da Câmara.

**Responsável:** Requerente.

**Ação de Contingência:** Saneamento do preenchimento e entrega rápida no setor de compras.

**Responsável:** Chefe imediato do requerente.

**Risco 02 – Descrição do objeto com indicação de marca sem justificativa.**

**Probabilidade:** Média.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Restrição à competitividade, nulidade do certame, retrabalho e responsabilização.

**Ação Preventiva:** Justificar previamente a indicação de marca.

**Responsável:** Presidente da Câmara / Jurídico.

**Ação de Contingência:** Suspender o processo ou justificar a indicação detectada.

**Responsável:** Presidente da Câmara / Jurídico.

**Risco 03 – Estimativa de preço fora do mercado.**

**Probabilidade:** Baixa.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Licitação deserta ou contratação com sobrepreço.

**Ação Preventiva:** Realizar pesquisa de mercado adequada e abrangente.

**Responsável:** Orçamentista / Pregoeiro / Jurídico.

**Ação de Contingência:** Negociar a redução dos valores ou avaliar a dispensa de licitação.

**Responsável:** Pregoeiro / Jurídico.

## **4. GESTÃO DE CONTRATOS**

**Risco 01 – Contratada perde condições de executar o serviço.**

**Probabilidade:** Baixa.

**Impacto:** Médio.

**Dano Potencial:** Inexecução e necessidade de rescisão contratual.

**Ação Preventiva:** Fiscalizar tecnicamente e economicamente a execução do contrato.

**Responsável:** Fiscal / Gestor de Contratos.

**Ação de Contingência:** Comunicação formal, abertura de processo e convocação de segundo colocado.

**Responsável:** Fiscal / Gestor de Contratos / Presidente da Câmara.

**Risco 02 – Serviço ou entrega insatisfatórios.**

**Probabilidade:** Média.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Interferência na qualidade dos serviços prestados.

**Ação Preventiva:** Comunicação clara e exigência de conformidade dos serviços e itens.

**Responsável:** Almoxarife / Fiscal / Gestor de Contratos.

**Ação de Contingência:** Comunicação reiterada e aplicação de penalidades.

**Responsável:** Fiscal / Gestor de Contratos / Presidente da Câmara.

**Risco 03 – Empresa impedida de contratar com a Administração.**

**Probabilidade:** Baixa.

**Impacto:** Médio.

**Dano Potencial:** Problemas jurídicos e execução irregular do contrato.

**Ação Preventiva:** Consultar o CNEP, TCU e outros cadastros antes da contratação.

**Responsável:** Pregoeiro.

**Ação de Contingência:** Inabilitação da empresa irregular.

**Responsável:** Pregoeiro.

## **5. ANÁLISE FINAL**

A elaboração do presente Mapa de Risco visa atender aos princípios de **planejamento**, **eficiência**, **transparência** e **integridade** da administração pública, conforme estabelece a **Lei nº 14.133/2021**. Ainda que a licitação ocorra nos termos do Pregão Eletrônico, conforme Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, faz-se imprescindível a avaliação de riscos envolvidos, bem como a adoção de medidas de mitigação, a fim de resguardar o interesse público e prevenir irregularidades.

## **6. CIÊNCIA E APROVAÇÃO**

Declaro ter ciência dos riscos envolvidos e das medidas mitigadoras apresentadas neste documento.

Extrema, MG, 04 de setembro de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI
DIRETORA GERAL

**ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO Nº 136/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2025**

**Fundamentação Legal:** Pregão Eletrônico nos termos do Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, pelo menor preço unitário.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

**OBJETO: Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento de três Power Baluns 16 canais, marca Intelbrás VB 3016 WP.

**Especificações Técnicas Requeridas**

Para garantir a total compatibilidade e o desempenho esperado, os Power Baluns a serem adquiridos deverão atender às seguintes especificações técnicas do modelo **Intelbras VB 3016 WP**:

* **Entrada de Vídeo:** 16 canais BNC fêmea.
* **Saída de Vídeo:** Conectores RJ45 para conexão com cabo UTP.
* **Alimentação:** Entrada de energia para até 16 câmeras, com proteção contra surtos.
* **Proteção:**
	+ Proteção contra surtos de tensão (descargas elétricas) nas entradas de vídeo e alimentação.
	+ Filtro contra ruídos e interferências.
	+ Proteção contra curto-circuito na saída de alimentação das câmeras.
* **Distância de Transmissão:**
	+ Vídeo: Até 400 metros (colorido) e 600 metros (preto e branco) via cabo UTP CAT5e/6, dependendo da qualidade do cabo e da câmera.
	+ Alimentação: Distância variável de acordo com o consumo da câmera e bitola do cabo.
* **Tecnologia:** Compatível com tecnologias de vídeo analógico (HDTVI, HDCVI, AHD, CVBS).
* **Sinal de Vídeo:** Transmissão de sinal de vídeo HD passiva (sem necessidade de alimentação no lado da câmera para o vídeo).
* **Sinal de Alimentação:** Transmissão de energia para as câmeras via cabo UTP.
* **Temperatura de Operação:** -10°C a 50°C.
* **Gabinete:** Metálico, para melhor dissipação de calor e durabilidade.
* **Montagem:** Possibilidade de fixação em rack 19 polegadas (acompanha abas de fixação).

**Quantitativo:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MEDIANA VALOR UNIT.** | **QUANT.** | **VALOR GLOBAL ESTIMADO** |
| 01 | POWER BALUM 16 CANAIS - INTELBRAS VB 3016 WP | R$ 3.194,90 | 3 peças | R$ 9.584,70 |
| VALOR GLOBAL ESTIMADO | **R$ 9.584,70** |

* 1. **Prazo do contrato:** Não será celebrado contrato. A nota de empenho servirá de termo de contrato entre as partes para todos os efeitos.
1. **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

Em conformidade com os **Estudos Técnicos Preliminares** a presente contratação tem por objetivo a aquisição de três (03) Power Baluns de 16 canais, modelo Intelbras VB 3016 WP, destinados a ampliar e garantir a plena funcionalidade do sistema de monitoramento por câmeras de segurança.

A utilização deste equipamento é imprescindível para assegurar a estabilidade da transmissão de vídeo em alta definição e a adequada alimentação elétrica das câmeras, reduzindo falhas decorrentes de interferências, curtos-circuitos ou surtos de energia. A padronização pelo modelo especificado se justifica pela compatibilidade com a infraestrutura já existente, assegurando a integração imediata ao sistema e evitando riscos de incompatibilidade técnica.

Considerando a necessidade de garantir maior proteção às instalações, bem como a continuidade das atividades institucionais com segurança e confiabilidade, torna-se essencial a contratação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas, em atendimento ao disposto na legislação vigente.

A aquisição dos Power Baluns de 16 canais Intelbras VB 3016 WP atende diretamente ao interesse público, uma vez que possibilita a ampliação e a modernização do sistema de videomonitoramento, instrumento essencial para a segurança patrimonial e de pessoas. O fornecimento contínuo de imagens de qualidade e com menor risco de falhas contribui para a prevenção de incidentes, a pronta identificação de ocorrências e o fortalecimento das ações de vigilância, promovendo um ambiente mais seguro para servidores, usuários e toda a coletividade que utiliza os serviços da instituição.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

A solução a ser contratada consiste no fornecimento de três (03) Power Baluns de 16 canais, marca Intelbrás, modelo VB 3016 WP, destinados à ampliação e modernização do sistema de videomonitoramento. Os equipamentos têm por finalidade viabilizar a transmissão de vídeo em alta definição e a alimentação elétrica das câmeras por meio de cabo UTP, com proteção contra surtos, ruídos e curto-circuitos, garantindo maior estabilidade e segurança do sistema.

A solução contempla a entrega de equipamentos **novos, originais de fábrica, com nota fiscal, manuais e acessórios necessários para instalação**, assegurando plena compatibilidade com a infraestrutura já existente. Os Power Baluns devem apresentar gabinete metálico, possibilidade de fixação em rack de 19 polegadas e operar em faixa de temperatura adequada, com durabilidade e resistência compatíveis ao uso contínuo.

Quanto à manutenção e assistência técnica, exige-se que os equipamentos fornecidos sejam cobertos por **garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**, prestada diretamente pelo fabricante ou por sua rede autorizada de assistência técnica. Durante o período de garantia, quaisquer reparos ou substituições deverão ser realizados sem ônus para a Administração, devendo a contratada providenciar a logística necessária para o atendimento.

Adicionalmente, a marca Intelbrás dispõe de **rede de suporte técnico consolidada em território nacional**, com ampla disponibilidade de peças de reposição e centros de assistência autorizados, o que assegura maior agilidade na solução de eventuais falhas e reduz o tempo de inatividade do sistema. Essa condição garante maior confiabilidade e prolonga a vida útil do equipamento, reduzindo custos indiretos de manutenção ao longo do ciclo de vida do objeto.

Assim, a solução proposta garante não apenas a aquisição dos equipamentos em conformidade com as especificações técnicas, mas também a tranquilidade quanto ao suporte e à manutenção futura, assegurando eficiência, continuidade dos serviços e plena vantajosidade à Administração Pública.

1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**4.1** As empresas do ramo interessadas em participar do presente chamamento público deverão atender aos seguintes requisitos:

a) Fornecimento de Power Baluns modelo Intelbras VB 3016 WP, conforme especificações técnicas descritas (16 canais BNC, RJ45, proteção contra surtos, distância de transmissão, compatibilidade com HDTVI, HDCVI, AHD e CVBS, gabinete metálico, fixação em rack etc.).

b) Os equipamentos deverão ser novos, originais de fábrica, em perfeito estado de funcionamento, sem uso anterior.

c) Os itens devem ser acompanhados de manual do fabricante em português e todos os acessórios necessários para instalação.

d) Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

e) Entrega no prazo estipulado, devidamente embalados, com identificação clara do fabricante.

f) Substituição, sem ônus, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações ou que apresentem defeito de fabricação.

**REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**4.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

c) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante;

d) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;

**4.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

**4.5 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:**

4.6.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, atestado por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. As provas de regularidades poderão se Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

1. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
	1. **O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário, entrega imediata. Entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até 30 dias do recebimento da A.F. (Autorização de Fornecimento).**
	2. Caso não seja possível o início na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos cinco dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
	3. Os dias e horários são estabelecidos pela CONTRATANTE, e podem, inclusive, ser no horário noturno, e finais de semana, se acordado entre as partes.
	4. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
	5. O recebimento provisório ou definitivo da execução do objeto não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
	6. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
	7. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.
	8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
	9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
	10. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.
2. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/DA FISCALIZAÇÃO
	1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
	2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
	3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
	4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
	5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente~~,~~ o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
	6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.
	7. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
		1. O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
		2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
		3. O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
		4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.
		5. O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
	8. O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
		1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
	9. O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
		1. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
		2. O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
		3. O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
		4. O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
	10. O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
	11. O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e fiscalizados pela servidora Tamara Martiniuk, designada para esta função como Gestora e Fiscal de Contratos, ou por qualquer outro servidor que venha a substituí-la, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a esta atribuição.
	12. Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
	13. A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.
	14. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
4. Prova de regularidade com débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União;
5. Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
6. Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
7. Prova de regularidade de Débitos da Fazenda Municipal (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
8. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.
9. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**Recebimento**

7.1 A CONTRATADA deverá realizar o objeto preferencialmente por meios eletrônicos, e-mails.

7.2 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente realizado nas condições estabelecidas. A CONTRATADA deverá apresentar o relatório circunstanciado dos serviços realizados, devidamente datado e assinado pelo responsável, para fins de pagamento. Ou seja, relação completa das passagens adquiridas e dos serviços realizados.

7.3 No caso de controvérsia sobre a realização do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

7.4 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**Liquidação**

7.5 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.6 O pagamento referente à execução do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.

7.7 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;

b) os dados do contrato e do órgão contratante;

c) o período respectivo de execução do contrato;

d) o valor a pagar; e

e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.9 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.10 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**Prazo de pagamento**

7.14 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.15 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

**Forma de pagamento**

7.16 O pagamento será realizado mensalmente por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.

7.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.18 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.19 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

7.20 Não será admitida a antecipação de pagamento**.**

1. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo menor preço unitário.

1. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO.**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MEDIANA VALOR UNIT.** | **QUANT.** | **VALOR GLOBAL ESTIMADO** |
| 01 | POWER BALUM 16 CANAIS - INTELBRAS VB 3016 WP | R$ 3.194,90 | 3 peças | R$ 9.584,70 |
| VALOR GLOBAL ESTIMADO | **R$ 9.584,70** |

As memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, constam de documento separado e classificado “Análise Crítica dos Dados Coletados”.

1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Dotação: 4.4.90.52.37**

**Ficha: 02**

**Resumo: Equipamentos e Material Permanente – Equipamentos de Tecnologias da Informação e Comunicação.**

1. JUSTIFICATIVAS

A presente contratação visa ao fornecimento de três (03) Power Baluns de 16 canais, modelo Intelbrás VB 3016 WP, com contratação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas, em conformidade com a legislação vigente. A escolha do modelo Intelbrás VB 3016 WP se fundamenta em razões de ordem técnica e operacional. O equipamento possui especificações que asseguram total compatibilidade com a infraestrutura de videomonitoramento atualmente instalada, garantindo o pleno funcionamento do sistema sem necessidade de adaptações adicionais. Destaca-se que os Power Baluns Intelbrás oferecem proteção contra surtos elétricos, filtros contra ruídos, transmissão de vídeo em alta definição (HD) até 400 metros em cores e 600 metros em preto e branco, além de alimentação integrada para até 16 câmeras, atributos indispensáveis para a continuidade e segurança das operações. A padronização pela marca Intelbrás justifica-se, ainda, pela uniformização do parque tecnológico já existente, o que reduz a probabilidade de falhas, assegura maior durabilidade, facilita a manutenção e possibilita suporte técnico especializado, além de garantir a interoperabilidade entre os equipamentos. Essa medida evita a aquisição de produtos de marcas diversas que possam comprometer a estabilidade do sistema ou demandar custos adicionais com ajustes e adaptações. Ademais, a contratação exclusiva de ME e EPP atende ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, estimulando a participação de pequenos negócios, fomentando a economia local e regional e promovendo a distribuição de oportunidades, sem prejuízo à qualidade e à eficiência na entrega do objeto contratado. Dessa forma, a presente aquisição revela-se tecnicamente necessária, juridicamente adequada e alinhada ao interesse público, assegurando eficiência, padronização e continuidade dos serviços de segurança eletrônica.

A aquisição de três (03) Power Baluns 16 canais, modelo Intelbrás VB 3016 WP, mostra-se economicamente vantajosa para a Administração Pública, pois permitirá a utilização racional da infraestrutura existente, reduzindo custos adicionais com adaptações, manutenções corretivas e eventuais substituições decorrentes de incompatibilidade técnica entre diferentes marcas ou modelos. O investimento em equipamentos padronizados da marca Intelbrás garante maior durabilidade, menor índice de falhas e facilidade de reposição de peças e acessórios, fatores que repercutem diretamente na redução de gastos futuros com manutenção e suporte técnico. Além disso, a integração imediata ao sistema atual evita paralisações, que poderiam gerar prejuízos operacionais e custos indiretos. Ressalta-se ainda que a contratação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas fomenta a competitividade no segmento, incentiva o desenvolvimento econômico local e regional e contribui para a geração de emprego e renda, sem comprometer a economicidade do processo, em estrita observância aos princípios da eficiência e da vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a contratação apresenta-se como medida de economicidade, assegurando o melhor aproveitamento dos recursos públicos e promovendo benefícios de longo prazo tanto para a Administração quanto para a coletividade.

O presente processo tem por objeto a contratação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas para o fornecimento de três Power Baluns de 16 canais, marca Intelbras VB 3016 WP. A indicação expressa da marca justifica-se em razão de critérios técnicos, de compatibilidade e de padronização imprescindíveis à adequada execução dos serviços e à continuidade do sistema de videomonitoramento já implantado. A utilização de equipamentos da marca Intelbras em toda a estrutura atual de segurança exige que os novos componentes sejam da mesma fabricante, a fim de assegurar plena compatibilidade e integração, evitando falhas de transmissão de vídeo, instabilidade de alimentação das câmeras e riscos de interrupção no funcionamento do sistema. A experiência técnica demonstra que a adoção de modelos ou marcas distintas pode ocasionar incompatibilidades de conectores, perda de sinal e dificuldades de manutenção, o que comprometeria a eficiência do monitoramento. O modelo Intelbras VB 3016 WP apresenta requisitos técnicos específicos que se mostram indispensáveis. O equipamento dispõe de entrada de vídeo em 16 canais BNC fêmea e saída RJ45 para cabo UTP, possibilita transmissão de vídeo em alta resolução compatível com tecnologias analógicas (HDTVI, HDCVI, AHD e CVBS), garante alcance de até 600 metros, e permite a transmissão simultânea de vídeo e alimentação por cabo UTP, reduzindo a necessidade de cabeamento adicional e gerando economia de recursos. Conta ainda com proteção contra surtos elétricos, curto-circuitos, filtros contra ruídos e interferências, gabinete metálico com possibilidade de fixação em rack de 19 polegadas, assegurando robustez, durabilidade e melhor dissipação de calor, fatores essenciais para a segurança operacional. A padronização dos equipamentos mostra-se igualmente relevante, pois reduz custos de manutenção, simplifica o estoque de peças e facilita o treinamento dos servidores responsáveis pela operação do sistema, promovendo racionalidade administrativa e atendimento ao princípio da economicidade. Ainda que existam produtos similares disponíveis no mercado, verifica-se que não atendem de forma plena às especificações técnicas requeridas, tampouco asseguram a necessária compatibilidade com a infraestrutura existente, o que tornaria inviável sua substituição. Assim, a escolha do modelo Intelbras VB 3016 WP não se dá por preferência de marca, mas sim pela necessidade técnica de manter a uniformidade e a confiabilidade do sistema de videomonitoramento, atendendo ao interesse público de forma segura, eficiente e contínua. Diante do exposto, a indicação da marca justifica-se como medida necessária e proporcional para garantir a funcionalidade e a durabilidade do sistema, dentro dos parâmetros jurídicos e administrativos aplicáveis, em estrita observância ao princípio da eficiência e à boa gestão dos recursos públicos.

A exigência de documentos de habilitação, no presente processo, deve observar o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo que sejam solicitados apenas os documentos estritamente essenciais para atestar a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e a qualificação técnica mínima indispensável à execução do objeto. Considerando que a contratação em análise refere-se ao fornecimento de três Power Baluns 16 canais, marca Intelbras VB 3016 WP, cujo valor é compatível com o enquadramento de contratação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, revela-se desnecessária a ampliação de exigências documentais além do núcleo essencial previsto em lei. A legislação de regência, em especial a Lei nº 14.133/2021, estabelece que os documentos de habilitação devem ser adequados e suficientes para garantir a idoneidade do fornecedor e a capacidade mínima necessária ao adimplemento das obrigações, vedada a imposição de requisitos desproporcionais que possam restringir a competitividade. Assim, para o objeto em tela, bastam a comprovação de regularidade jurídica mediante ato constitutivo ou registro comercial, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, a apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas e, quando aplicável, a demonstração de regularidade perante a seguridade social e o FGTS. No que tange à qualificação técnica, considerando que se trata de aquisição de bens padronizados, fabricados em escala industrial e com especificações técnicas previamente definidas, não se justifica a exigência de atestados de capacidade técnico-operacional que seriam cabíveis em contratações de obras ou serviços de maior complexidade. A própria padronização do objeto e a indicação de marca evidenciam que a qualificação técnica é aferida, de modo suficiente, pela comprovação de que o fornecedor está regularmente autorizado a comercializar e distribuir os equipamentos. Da mesma forma, em razão do valor estimado da contratação e de sua natureza, não se justifica a exigência de garantias financeiras adicionais como demonstrações contábeis de grande vulto ou capital social mínimo elevado, sob pena de restringir indevidamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, contrariando o regime jurídico diferenciado a elas conferido. Diante do exposto, conclui-se que a exigência de apenas documentos essenciais de habilitação atende ao interesse público, assegura a ampla competitividade, preserva a isonomia entre os licitantes e garante a seleção de proposta vantajosa, em consonância com os princípios da legalidade, da eficiência, da razoabilidade e da economicidade que regem as contratações públicas.

A fixação de intervalo mínimo entre os lances, no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), encontra amparo no princípio da razoabilidade e visa assegurar a efetividade do certame, prevenindo lances meramente simbólicos ou sucessivos com diferenças irrisórias que não representem ganho real à Administração, mas que possam comprometer a celeridade e a competitividade saudável da disputa. As cotações prévias realizadas demonstraram que o valor médio praticado para o objeto em questão encontra-se em patamar que justifica a estipulação de um intervalo fixo. A adoção da mediana dos valores unitários obtidos no levantamento de mercado revela que diferenças inferiores a R$ 50,00 não produzem impacto econômico relevante, servindo apenas para prolongar artificialmente o certame, com prejuízo à eficiência administrativa. Assim, o estabelecimento de diferença mínima objetiva garantir que cada novo lance represente efetiva vantagem para a Administração, traduzida em redução concreta do valor global da contratação. Além disso, o critério assegura maior racionalidade ao procedimento, evitando disputas prolongadas e pouco significativas em termos de economia, ao mesmo tempo em que preserva a competitividade e não impõe restrições indevidas à participação dos licitantes. Cumpre salientar que a medida guarda perfeita consonância com a Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a definir, de forma objetiva e proporcional, parâmetros para a formulação de lances em pregões eletrônicos, desde que devidamente motivados em elementos concretos, como o presente caso, em que se tomou como referência a mediana do valor unitário apurado nas pesquisas de preços. Dessa forma, a estipulação do intervalo mínimo de R$ 50,00 configura providência técnica e juridicamente adequada, destinada a garantir o bom andamento da disputa, a economicidade da contratação e a observância do princípio da eficiência, de modo a assegurar que os recursos públicos sejam empregados com racionalidade e efetivo ganho econômico.

A presente contratação atende de forma direta ao interesse público, uma vez que se destina ao fornecimento de equipamentos indispensáveis à manutenção, à expansão e à confiabilidade do sistema de videomonitoramento institucional. O fornecimento de três Power Baluns de 16 canais, marca Intelbras VB 3016 WP, permitirá a integração eficiente de câmeras de segurança já existentes, garantindo a transmissão estável de vídeo e energia em longas distâncias, com proteção contra surtos elétricos e interferências, o que repercute em maior segurança patrimonial, integridade das instalações públicas e proteção de servidores e cidadãos que utilizam os serviços. O interesse público manifesta-se também na preservação da continuidade de políticas de segurança preventiva, evitando falhas de monitoramento que poderiam expor a Administração a riscos de invasões, furtos ou danos ao patrimônio. Além disso, a padronização dos equipamentos contribui para a redução de custos com manutenção e treinamento técnico, assegurando maior economicidade e eficiência no uso dos recursos públicos. Importa destacar que a aquisição fortalece o dever estatal de zelar pela segurança e pela boa prestação dos serviços públicos, reforçando a confiança da população na Administração e garantindo que as atividades institucionais sejam desenvolvidas em ambiente protegido. O interesse público é, portanto, evidenciado tanto pelo aspecto da segurança física e patrimonial quanto pela racionalidade econômica da medida, que busca maximizar os resultados com o menor dispêndio possível de recursos. Em síntese, a contratação ora justificada não se configura em mera conveniência administrativa, mas em necessidade concreta para o regular funcionamento das atividades públicas, atendendo de forma plena aos princípios da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público, fundamentos maiores da Administração Pública.

**DIRETORIA GERAL**

Extrema, MG, 05 de setembro de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI

DIRETORA GERAL

**DESPACHO**

APROVO, na íntegra, esse Termo de Referência.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA

PRESIDENTE

# **ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS**

Dados da empresa e de seu representante legal:

**Empresa:**

RAZÃO SOCIAL: XXX

CNPJ: XXX

INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXX

PROCESSO Nº.: 58/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 26/2025

E-MAIL: XXX

TELEFONE/WHATSAPP:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MARCA/MODELO** | **VALOR UNIT.** | **QUANT.** | **VALOR GLOBAL**  |
| 01 | **CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS** PARA FORNECIMENTO DE POWER BALUN 16 CANAIS - INTELBRAS VB 3016 WP |  |  | 3 peças |  |

**Representante Legal:**

Nome: xxx

Endereço: xxx Cidade: xxx UF: xxx

Cargo/função: xxx

CPF: xxx

Carteira de identidade nº: xxx Expedição: xxx

Naturalidade: xxx Nacionalidade: xxx

Local/Data: xxx

O proponente DECLARA que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**Indicação da forma de pagamento:**

|  |  |
| --- | --- |
| **BOLETO ( )** | **DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE ( )** |
|  | BANCO |  |
| AGÊNCIA |  |
| Nº DA CONTA |  |
| FAVORECIDO |  |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável

**ANEXO V - PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREÇOS MÁXIMOS).**

**ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS COLETADOS**

* A presente pesquisa de preços tem por finalidade levantar os valores praticados no mercado para aquisição de equipamento de vídeo. Tal levantamento visa subsidiar a instrução do processo licitatório a ser conduzido pela Câmara Municipal de Extrema/MG, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
* Foram encaminhados, por meio eletrônico, quatro pedidos de cotação de preços. Os fornecedores foram selecionados por constarem na base de dados da Câmara Municipal de Extrema ou por já terem fornecido anteriormente ao órgão, atendendo plenamente à logística requerida pela Administração, não havendo, até o momento, qualquer fato que os desabone.
* Também foi realizado contato via aplicativo de mensagens com a seguinte empresa: KZY LTDA que respondeu o pedido de cotação. A empresa Elite Sul não retornou o contato.
* Foi efetuada consulta ao Painel de Preços do Governo Federal, ferramenta oficial que consolida dados de contratações públicas homologadas. Identificou-se registro de contratação com objeto semelhante ao pretendido, foi considerada a mediana para fins de referência.
* Realizou-se pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), identificando contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, conforme demonstrado a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| *Item* | *Contratação* | *Órgão* | *ID de Contratação* |
| 01 | Ato que autoriza a Contratação Direta nº 026/2025 | Município de Autazes – AM | 04477642000137-1-000129/2025 |

* Foi utilizado também como ferramenta para a presente pesquisa de preços o Banco de Preços do Tribunal de Contas de Minas Gerais, destinada a promover a transparência e o controle dos preços praticados nas contratações públicas, conforme previsto no Manual de Procedimentos Licitatórios e Contratações do TCE-MG. Porém a pesquisa não retornou nenhum resultado.
* Para maior robustez na pesquisa, foi realizada complementação da amostra por meio do site de comércio eletrônico listado abaixo. A inclusão se justifica pela ampla abrangência, atualização em tempo real e acesso público, permitindo comparar os valores locais com os praticados no mercado nacional.

Site consultado:
• [www.magazineluiza.com.br](http://www.magazineluiza.com.br)

* Por fim, registra-se que a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para a aquisição do item em questão.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MEDIANA VALOR UNIT.** | **QUANT.** | **VALOR GLOBAL ESTIMADO** |
| 01 | POWER BALUM 16 CANAIS - INTELBRAS VB 3016 WP | R$ 3.194,90 | 3 peças | R$ 9.584,70 |
| VALOR GLOBAL ESTIMADO | **R$ 9.584,70** |

**Observação:** *para a apuração do valor estimado da contratação foi utilizada a mediana entre os preços considerados válidos, como método de definição da referência. A mediana constitui uma medida de tendência central, representando neste caso, o preço praticado no mercado.*